



Processo nº: **1763-0200/14-3**
Natureza: **Processo de Contas de Governo**
Origem: **Executivo Municipal de Barra do Guarita**
Gestor (es): **Cesar Tadeu Paier (Prefeito)**
Jonas Magagnin (Vice-Prefeito)
Exercício: **2014**
Data da Sessão: **04.08.2016**
Órgão Julgador: **Segunda Câmara**
Relator: **Conselheiro PEDRO FIGUEIREDO**

PROCESSO DE CONTAS DE GOVERNO.
Não utilização do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Inconformidade afastada.
Atendimento à LRF e emissão de **Parecer Favorável** aos gestores.

Trata-se do Processo de Prestação de Contas de Governo do **Executivo Municipal de Barra do Guarita**, exercício de 2014, gestão de **Cesar Tadeu Paier e Jonas Magagnin**.

A análise dos documentos juntados aos autos resultou no Relatório Geral de Consolidação das Contas emitido pelo órgão técnico, evidenciando a ocorrência de inconformidades pelas quais o gestor **Cesar Tadeu Paier** foi intimado, prestando esclarecimentos e juntando documentos. Cabe referir que o **Sr. Jonas Magagnin** (Vice-Prefeito), não foi intimado para prestar esclarecimentos em razão da inexistência de inconformidades de sua responsabilidade no período em que esteve à frente do Poder Executivo Municipal.

Da Gestão Fiscal

Item 1.3 – Do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP. Registra-se que o Poder não utilizou o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP-2014, adotado pelo TCE-RS, na execução orçamentária do exercício de 2014, conforme determina a Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013. Assim, deixou de atender, também, o disposto no parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 766/2007 e à Instrução Normativa nº 03/2011 (fls. 247/248 e 356).

Parecer do Ministério Público de Contas

O Adjunto de Procurador Ângelo G. Borghetti, por intermédio do Parecer nº. 5681/2016, manifestou-se, preliminarmente, pela emissão de **multa** ao Sr.



Cesar Tadeu Paier; pelo **atendimento à Lei Complementar Federal nº. 101/2000**; pela emissão de **Parecer Favorável** à aprovação das contas de **Cesar Tadeu Paier e Jonas Magagnin**; pela **recomendação** ao atual Administrador para que corrija e evite a reincidência dos apontes criticados nos autos, bem como verificação, em futura auditoria, das medidas implementadas nesse sentido.

É o relatório.

O único apontamento do presente processo refere-se à utilização do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP-2014, dissentindo, respeitosamente, da Área Técnica e do Agente Ministerial, entendendo que, para a fiscalização do exercício que ora se analisa, de 2014, o aponte deva ser afastado, em virtude de que a STN – Secretaria do Tesouro Nacional estabeleceu como prazo para adoção do PCASP o final do exercício, como referem a Portaria nº 634/2013 e a Nota Técnica nº 4/2015/CCONF/SUCON/STN/MF-DF. De forma semelhante, esta Corte de Contas, no intuito de receber as informações contábeis, autorizou aos Entes que não conseguiram se adequar às novas regras o envio, durante o exercício de 2014, das informações com base no plano de contas anterior. Estas considerações fazem-me concluir que não há irregularidade na conduta. Para os próximos exercícios, todavia, registra-se o dever de que sejam atendidas as regulamentações antes referidas, para envio de dados a esta Corte de Contas.

Diante do exposto, **vota-se**:

- a) pelo **atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal**, exercício de 2014;
- b) pela emissão de **Parecer Favorável** à aprovação das Contas de Governo de **Cesar Tadeu Paier e Jonas Magagnin, Prefeito e Vice-Prefeito do Executivo Municipal de Barra do Guarita, no exercício 2014**, nos termos do artigo 3º da Resolução nº. 1009/2014;
- c) após o trânsito em julgado, seja o processo encaminhado ao **Legislativo Municipal de Barra do Guarita**, para os fins legais.

PEDRO FIGUEIREDO,
Conselheiro-Relator.
PP/14